

“DOS DESTROÇOS DA PUJANTE MARINHA QUE POSSUIU PORTUGAL, LEVANTOU O BRASIL OS ALICERCES DA SUA”: A ORGANIZAÇÃO DO PODER NAVAL BRASILEIRO NO CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA

Aspirante Lucas Lima dos Santos

INTRODUÇÃO

O corrente ano de 2022 marca o Bicentenário da Independência do Brasil, marco de fundamental importância para a memória coletiva da nação. No entanto, boa parte da historiografia acerca do tema defende a tese de que o processo de separação política entre colônia e metrópole teria sido, nas palavras de Oliveira Lima, apenas um “desquite amigável”, isto é, sem derramamento de sangue, o que subestima o papel que os militares desempenharam ao longo dos turbulentos anos de 1822 e 1823.

Há uma extensa bibliografia disponível sobre o processo de formação do Poder Naval brasileiro, elaborada por ilustres historiadores navais. De forma a contribuir com outra perspectiva para o entendimento do tema, este trabalho optou por privilegiar a biografia de um dos protagonistas do processo.

Assim, o presente artigo busca explorar a biografia de um dos protagonistas da Independência, nesse caso, o Ministro da Marinha no 1º Gabinete de Dom Pedro I, o então Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira, a quem coube a tarefa de “organizar o abastecimento e a manutenção da nova Marinha Imperial provendo-lhe condições aceitáveis para o cumprimento das missões impostas” (CASTRO, 2020, p. 189). Utilizando-se de fontes primárias e secundárias, procura-se aqui compreender o papel desempenhado pelo ilustre oficial em um momento crítico da história do Brasil.

NASCIMENTO E INÍCIO DA CARREIRA

Em 1º de outubro de 1777, nasceu Luís da Cunha Moreira na cidade de Salvador, capital da capitania

da Baía de Todos os Santos, no Brasil. Seu pai era um oficial da Armada Real, Luís da Cunha Moreira, e sua mãe, D. Joaquina Maria de Santana, filha de um oficial do exército português.

Ainda na tenra idade de 7 anos, o jovem Cunha Moreira foi levado, por seu pai, para Lisboa a fim de iniciar seus estudos preparatórios, incluindo disciplinas como Retórica, Gramática Latina e Filosofia, e depois matriculado no Colégio dos Nobres, onde assentou praça como Aspirante a Guarda-Marinha na Academia Real de Marinha em 5 de outubro de 1795, “em obediência à vontade de seu pai, que o destinara para a Marinha, e por sua própria inclinação” (BARATA, 1919, p. 73).

Em 11 de julho de 1798, os quadros da Armada Real já contavam com o Guarda-Marinha Cunha Moreira, o qual embarcou como voluntário no Brigue *Gavião* e, posteriormente, na Fragata *Venus*, a bordo da qual viajou para as Capitanias do Grão-Pará e Maranhão.

Cunha Moreira foi nomeado Segundo-Tenente, por decreto de 20 de abril de 1799, e recebeu, em seguida, ordens de D. Francisco de Sousa Coutinho, governador da Capitania do Grão-Pará, para assumir o comando da recém-construída Charrua *S. João Magnânimo* e conduzi-la a Lisboa, aonde chegou em 15 de fevereiro de 1800.

Após a exitosa comissão na *S. João Magnânimo*, o jovem oficial foi nomeado pelo Conselho do Almirantado para embarcar na Nau *Medusa* sob o comando do Chefe de Divisão Joaquim José Monteiro Torres, na qual passou por diversos pontos estratégicos do Atlântico português como as ilhas do Cabo Verde, Bengue-

la, Angola e diversos portos no Brasil, dentre os quais o do Rio de Janeiro, onde, em janeiro de 1802, foi transferido para o Cuter *D. Rodrigo de Sousa*, em 13 de janeiro de 1802, que recebeu a tarefa de capturar uma escuna americana realizando comércio ilícito na ilha de São Sebastião.

Uma vez apresado o navio infrator, assumiu o seu comando e regressou ao Rio de Janeiro, podendo enfim voltar ao Cuter em março, mas somente em abril, Cunha Moreira pôde retornar a *Medusa*, na qual viajou para Lisboa. Após voltar a capital, desembarcou e foi designado para a Nau *Vasco da Gama* em março seguinte, mas foi logo realocado para a Fragata *S. João Príncipe*, onde realizou mais uma comissão para o Grão-Pará.

Chegando ao Norte do Brasil, ficou sob as ordens do Conde dos Arcos como seu Ajudante de Ordens, então governador da Capitania, que o designou para comandar o Brigue *S. José Espadarte*. No Brigue, realizou outra vez a travessia para Lisboa, onde desembarcou em 28 de março de 1804. Logo depois, por ordem do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, o Visconde de Anadia, embarcou na Charrua *Princesa da Beira* com destino ao Grão-Pará, onde chegou a bordo do Iate *Livramento* após arribar para o Maranhão, para, novamente, desempenhar as funções de Ajudante de Ordens do Conde dos Arcos. O Conde havia sido nomeado Vice-Rei do Estado do Brasil, e transferiu Cunha Moreira para a Fragata *Carlota*, a bordo da qual viajou com o novo titular máximo da colônia para o Rio de Janeiro em 1806.

Em maio de 1807, através de decreto, foi Cunha Moreira promovido a Primeiro-Tenente para, em seguida, retornar a Metrópole e embarcar na Nau *Príncipe Real*, por nomeação do Conselho do Almirantado para “servir na dita nau como segundo ajudante do chefe de divisão Joaquim José Monteiro Torres, major general da esquadra, de que era comandante o vice-almirante Manuel da Cunha Soutomaior” (BARATA, 1919, p.75).

A esquadra de Soutomaior tinha o objetivo de transferir a “fina flor” da aristocracia portuguesa, além das estruturas administrativas do Estado, inclusive a Família Real, para o Novo Mundo, a fim de evitar o destronamento pelas tropas de Napoleão Bonaparte, o jovem general que tomou rédeas da Revolução Francesa

e, naquele momento, procurava expandir seu império. Cabe ressaltar que entre os navios portugueses, estava a Fragata *Golfinho*, comandada pelo Capitão de Fragata Cunha Moreira, pai do tenente Cunha Moreira.

Quando o Príncipe Regente, D. João VI desembarcou no Rio de Janeiro em março de 1808, decidiu agraciar os seus oficiais com uma promoção, dentre os quais Cunha Moreira, que alcançou o posto de Capitão-Tenente “merecedor sem dúvida mais pelos seus reais predicados do que pela magnificência real” (BOITEUX, 1915, p. 148).

Por ordem do Infante D. Carlos, Almirante General, Cunha Moreira assumiu o comando do Brigue *Infante D. Pedro*, compondo assim a Divisão formada pelo Brigue *Voador* e pela Corveta *Confiance*, navio inglês, cuja missão era transportar tropas, cerca de 300 homens, para o norte a fim de conquistar Caiena. Junto com a dinastia de Bragança, as Guerras Napoleônicas também tinham desembarcado na América.

CONQUISTA DA GUIANA FRANCESA

Após sua chegada ao Brasil, o monarca lusitano não permaneceu inerte em relação ao inimigo corso, cabendo aqui destacar algumas medidas:

D. João assinou, a 1º de maio de 1808, manifesto declarando guerra à França, considerando nulos todos os tratados que o imperador dos franceses o obrigara a aceitar. Como consequência, os limites entre o Brasil e a Guiana Francesa voltaram a ser questionados. Seguiu-se a este o decreto de 10 de junho, que explicitava a determinação do Estado português de abrir novas frentes de combate na terra e no mar. Na Guerra Peninsular, mesmo com o auxílio britânico, os portugueses travavam no território metropolitano uma guerra de resistência; porém, na América do Sul, havia a oportunidade de um movimento ofensivo e o alvo ideal se tornou a colônia francesa nas Américas, a Guiana (SILVA, 2018, p. 82).

Sem possibilidades de retaliação na Europa, o príncipe regente ordenou a invasão da Guiana Francesa ao Governador da Província do Grão-Pará, Te-

mente General José Narciso de Magalhães de Menezes para que “fizesse seguir forças de mar e terra para ocupar a margem direita do Oyapock” (BOITEUX, 1915, p. 149).

Inicialmente, as ordens da expedição se limitavam a reaver o que havia sido estabelecido no Tratado de Utrecht, isto é, apenas a margem direita do Rio Oiapoque, evitando confrontos diretos com os defensores franceses. Em junho de 1808, chegou em Belém o Decreto do Príncipe Regente ordenando hostilidades contra o inimigo gaulês.

Não seria mais uma questão de reestabelecer fronteiras, mas sim de expansão imperial, Caiena deveria ser conquistada e subjugada pela Corte do Rio de Janeiro. O comando das forças terrestres da expedição coube ao Tenente-Coronel Manuel Marques d’Elvas Portugal e o das “forças de mar” ao Capitão-de-Mar-e-Guerra James Lucas Yeo, oficial da Marinha Real Britânica e comandante da Corveta *Confidence*.

O esforço material e humano requerido para uma campanha em ambiente tão desafiador coube a Capitania do Grão-Pará, que chegou a recorrer a uma subscrição pública. Além das tropas locais, que totalizavam 405 praças sob o comando do Tenente Coronel Manuel Marques, a Corte enviou reforços na forma dos brigues *Voador* e *Infante D. Pedro*, cujas tripulações elevaram os números do contingente para 751 combatentes, apoiados por 93 canhões.

Coube ao comandante do Brigue *Infante D. Pedro* debelar o foco de resistência na região do Rio Arouague, onde desembarcou com sua guarnição, contando entre eles ingleses e “brasilienses”, e avançou contra o inimigo. “O choque foi rápido e formidável e, num instante, era o inimigo levado de roldão, deixando um sargento e 10 soldados prisioneiros das nossas forças” (LEIVAS & GOYCOCHÊA, 1979, p. 398). No entanto, alguns franceses conseguiram escapar e se entrenchear no “Colégio”, posição fortificada dotada de uma peça de bronze.

Novo ataque foi levado a cabo pelos homens de Cunha Moreira, logrando êxito em seu intento, a edificação foi queimada e foi apresado o canhão de bronze, assim como duas escunas, rebatizadas como *D. Carlos* e *Sidney Smith*. Entretanto, durante os combates no Arouague “foi Luís da Cunha Moreira ferido por um golpe de sabre, cuja cicatriz gloriosa

lhe venceu durante a vida a fronte alta e espaçosa.” (BARATA, 1919, p. 82).

Após a capitulação do governador da Guiana, Victor Hughes, foi incumbido Cunha Moreira de escoltá-lo de volta à França a bordo do *Infante D. Pedro*, que havia sido desarmado com o intuito de reforçar o caráter diplomático da missão, desatracando em março de 1809. Regressou ao Rio de Janeiro em agosto de 1809, onde foi promovido a Capitão de Fragata em outubro do mesmo ano, “de acordo com o decreto de 30 de maio de 1809, que concedeu um posto de acesso a todos os oficiais que tomaram parte naquela expedição, e como galardão aos bravos que naquela conquista tomaram parte” (BOITEUX, 1915, p. 150).

CONQUISTA DA CISPLATINA

Cunha Moreira permaneceu no comando do Brigue *Infante D. Pedro* após a campanha na Guiana até que passasse juntamente com toda a sua guarnição para o Brigue *Gaiivota* em dezembro de 1811, de onde desembarcou fevereiro de 1813.

Após a derrota definitiva de Napoleão nos campos de Waterloo, a paz foi restaurada no continente europeu. Na América, as colônias hispânicas lutavam pela independência, tendo a Argentina declarado a sua em 1810 e procurava aumentar sua influência sobre a Banda Oriental, onde José Gervásio Artigas conduzia uma rebelião contra os castelhanos.

O Congresso de Viena se encarregou de reordenar o Concerto das Nações. Como consequência, Portugal teve que devolver a Guiana Francesa e ceder Olivença a Espanha. “Era, pois, natural procurasse D. João buscar uma compensação em território espanhol na América” (SOUZA, 1979, p. 463). Na fronteira sul do Brasil, os constantes atritos e disputas pelo controle da foz do Rio da Prata forneciam uma oportunidade: a província Cisplatina. Então:

Resolveu o Governo do príncipe regente ocupar a Banda Oriental, para resguardar as fronteiras meridionais do Brasil das continuas invasões dos Argentinos e Orientais; e para isso teve de mandar vir forças de Portugal (BARATA, 1919, p. 86).

Em 1815, Cunha Moreira recebeu ordens da Secretaria de Estado da Marinha para se dirigir a Lisboa e se colocar sob às ordens do Chefe de Divisão Rodrigo José Ferreira Lobo, oficial responsável pelo embarque do General Carlos Frederico Lecor e sua divisão de voluntários reais – que havia sido formada para combater Napoleão – para o Brasil com o intuito dissimulado de subjugar Artigas e devolver o território à coroa espanhola. Dentre os navios que escoltavam o comboio, estava a Nau *Vasco da Gama*, na qual embarcou Cunha Moreira em janeiro de 1816.

Em agosto, os navios chegavam à Cisplatina, onde os soldados foram desembarcados. Cunha Moreira foi voluntário para arriscadas missões em terra como emissário do Chefe de Divisão Ferreira Lobo, mantendo conhecimento dos movimentos das tropas e do humor da população local, logrando êxito e se destacando entre seus pares, especialmente na tomada de Maldonado em 23 de abril de 1816 por conta de “seu denodo e bravura foram postos em evidência” (BOITEUX, 1915, p. 151), culminando na conquista de Montevidéu em 20 de janeiro de 1817.

Quer desempenhando arriscadas missões em terra – observações de caráter militar ou operações de desembarque, como as tomadas de S. Fernando e Maldonado – quer a bordo, atuando destacadamente no bloqueio naval estabelecido, o alto conceito de que já gozava Cunha Moreira ainda mais se elevou (GUEDES, 1972, p. 5).

Conforme demonstram as palavras do Almirante Max Justo Guedes, Cunha Moreira demonstrou coragem, iniciativa, abnegação e espírito de sacrifício em perigosas missões, que aportaram um caráter operativo à sua carreira.

Em 31 de julho de 1821, foi aprovada a incorporação da Banda Oriental à Coroa portuguesa, sendo renomeada como Província Cisplatina. Mais uma vez, Cunha Moreira contribuiu para a dilatação do império joanino.

SUPRESSÃO DA REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817

As tensões na Capitania de Pernambuco já vinham de longa data, remontando ao século XVIII, quando

ocorreu a Guerra dos Mascates, entre os emergentes mercadores do Recife e a aristocracia rural de Olinda, de origem portuguesa.

Em 1817, às vésperas da Revolução, já havia exemplos bem-sucedidos como o da Revolução Americana e o da Revolução Francesa, ao menos parcialmente, que inspiraram os descontentes com a administração central da Corte, materializada pelo aumento do custo de vida devido aos monopolistas e devido ao declínio econômico da região por conta da desvalorização do açúcar. Nesse contexto, mais uma vez Cunha Moreira mostraria seus serviços à Coroa.

Depois de regressar ao Rio de Janeiro, Cunha Moreira assumiu, em março de 1817, o comando da Fragata *Thetis*, a bordo da qual tomaria parte nos combates contra a Revolução Pernambucana, movimento separatista que havia tomado o Recife no mesmo mês e buscava se alastrar pelas outras capitânicas do Nordeste.

Uma vez mais, Cunha Moreira serviu sob as ordens do Chefe de Divisão Ferreira Lobo, que recebeu o comando da Divisão Naval. No ataque contra o Recife, mais uma vez se destacou ao ser o primeiro a desembarcar e depois guarnecer as fortalezas para viabilizar o desembarque de Ferreira Lobo, que assumiu o controle da cidade e mandou prender os revoltosos.

Apesar da brutalidade com que tratou os rebeldes, Ferreira Lobo foi promovido a Chefe de Esquadra Graduado e, logo em seguida, efetivado no posto pelo Decreto de 12 de outubro de 1817, “que mandou ser promovido ao posto superior todos os oficiais que tomaram parte nas guerras do Sul e de Pernambuco” (BOITEUX, 1915, p. 153). Por conta disso, Cunha Moreira chegou ao posto de Capitão de Mar e Guerra Graduado.

Como seu comandante havia sido promovido duas vezes, Cunha Moreira se julgava merecedor de ser efetivado no posto e escreveu um requerimento ao Rei pedindo igual mercê, acompanhado de um atestado do Chefe de Esquadra Ferreira Lobo, endossando seu pedido. Por fim, o pedido foi deferido e em 12 de outubro de 1818 foi promovido a Capitão de Mar e Guerra Efetivo.

PREÂMBULO DA INDEPENDÊNCIA

O inimigo corso já havia sido derrotado havia 6 anos, mas o soberano português insistia em continuar

morando, junto com o restante da corte, nos trópicos. O controle da metrópole de outrora se dava por uma junta militar britânica, gerando um cenário de crescente descontentamento.

Com a queda de Napoleão e o movimento de restauração das monarquias absolutistas encabeçado pelo Congresso de Viena, os portugueses esperavam que seu rei retornasse para Portugal e trouxesse a Corte de volta para Lisboa. Entretanto, o monarca permaneceu no Rio de Janeiro e, para viabilizar esta situação, elevou o Brasil a uma condição equivalente de Portugal com a formação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (SILVA, 2018, p. 86).

Em 1821, eclodiu a Revolução Liberal do Porto em Portugal com o objetivo de diminuir os poderes absolutistas de D. João VI, substituindo o *Ancièn Régime* por uma monarquia constitucional. As Cortes de Lisboa, como ficaram conhecidas, almejavam a regeneração do Reino Unido, restaurando o papel central de Lisboa, mas ainda incluindo o Reino de Brasil, no entanto muitos defensores da separação defendiam que o verdadeiro interesse dos deputados reinóis era “recolonizar” o Brasil.

Antes de retornar a Lisboa, D. João VI nomeou seu filho D. Pedro de Alcântara como Príncipe Regente do Reino do Brasil e duplicou a estrutura administrativa a ele subordinada, ficando como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha o Chefe de Esquadra português Manoel Antônio Farinha. Não satisfeitas, as Cortes determinaram que o jovem Príncipe voltasse para a Europa. Entretanto, em 9 de janeiro de 1822, aconteceu o “Dia do Fico”, quando o D. Pedro anunciou sua permanência em terras brasileiras.

Nesse ínterim, tropas lusitanas continuavam sediadas nas principais cidades brasileiras, especialmente a Divisão Auxiliadora na Corte, as tropas do Brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo em Salvador, as tropas do Governador de Armas do Piauí, Major Fidié, e a guarnição do General Lecor em Montevidéu.

Como reação ao “Dia do Fico”, o Governador de Armas do Rio de Janeiro, Tenente-General Jorge de Avilez de Sousa Tavares, queria que o príncipe se

dobrasse às medidas emanadas das Cortes, tentando assim ocupar o Morro do Castelo com suas tropas.

No entanto, D. Pedro conseguiu mobilizar as milícias cariocas e expulsar os soldados lusitanos para a Praia Grande, em Niterói, onde foram cercados. Avilez enfim recebeu ordem para retornar ao Velho Continente, a divisão lusitana foi embarcada e comboiada por navios leais ao príncipe de volta a Lisboa: um desses escoltas era a Corveta *Maria da Glória*, comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira. Infelizmente, dois transportes onde estavam embarcados soldados portugueses conseguiram escapar do comboio e se dirigiram para Salvador, onde reforçaram a guarnição de Madeira de Melo.

Mesmo Portugal tendo enviado uma Força Naval respeitável para reforçar Avilez no Rio de Janeiro, o Chefe de Divisão Maximiano de Sousa encontrou a cidade livre. Como não tinha condições de empreender uma campanha sem apoios em terra, foi obrigado a deixar o Brasil e ainda desembarcar 400 praças, que juntaram à causa de D. Pedro e à Fragata *Real Carolina*, seu segundo navio mais poderoso.

Enquanto isso, principalmente na Bahia, começaram a ocorrer choques entre elementos nacionais, organizados no Recôncavo baiano, que eram leais a ao jovem príncipe e as tropas de Madeira de Melo, que desejavam retorno do monarca para Portugal, conforme as ordens das Cortes. As reverberações chegaram à Corte, onde foi montada uma esquadra sob o comando do Chefe de Divisão Rodrigo de Lamare, composta pela Fragata *União*, Corveta *Maria da Glória*, Corveta *Liberal* e o Brigue *Reino Unido*. Tal força deveria bloquear o Porto de Salvador e desembarcar reforços para os rebeldes baianos, capitaneados pelo General Labatut.

O tendão de Aquiles da Divisão de Lamare era a sua dependência de marinheiros portugueses para guarnecer os navios. A fragilidade se fez sentir quando foram contrapostos pelos navios portugueses que apoiavam a guarnição de Salvador. Houve uma conspiração a bordo dos meios brasileiros, onde marinheiros lusitanos planejaram assassinar os seus oficiais e depois se unirem à esquadra lusitana, inclusive na *Maria da Glória*, cujo comandante era malvisto pelos lusos.

Diante da impossibilidade de prosseguir na missão, De Lamare reuniu o Conselho de seus comandantes

subordinados a bordo da capitânia e decidiu desembarcar os soldados em Alagoas. Entretanto, as dificuldades não haviam acabado.

Na volta ao Rio, o espírito de indisciplina criou novas dificuldades, sem contar a falta de colaboração das autoridades pernambucanas, ainda indecisas diante do rumo a tomar. Em 17 de setembro, a guarnição da fragata *União* amotinou-se, mas acabou sendo dominada; no dia 21, na corveta *Liberal*, houve novo movimento visando apossar-se do navio e seguir para a Bahia (RODRIGUES, 2002, p. 110).

Em 5 de outubro, chegou uma ordem da Corte determinando que Cunha Moreira assumisse a Fragata *União*, enquanto De Lamare passou ao comando da *Maria da Glória*. Dois dias depois, coube-lhe a missão de comandar a Fragata *Real Carolina*, sua última comissão antes de ser chamado para ser Secretário de Estado dos Negócios da Marinha nas lutas pela Independência.

A INDEPENDÊNCIA E A ORGANIZAÇÃO DA ESQUADRA

Em 7 setembro de 1822, quando D. Pedro declarou a Independência do Brasil, não houve adesão das outras capitânicas de forma unânime. Apenas as províncias coligadas do eixo centro-sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, aderiram de imediato ao novo império, exceto pela Cisplatina, onde havia considerável guarnição lusitana.

As próprias dificuldades geográficas e as particularidades da navegação a vela, concatenados com o regime de ventos no Atlântico, favoreciam a comunicação direta entre Lisboa e as províncias do norte, não com o Rio de Janeiro. Tal conjuntura justifica a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda: “no Brasil, as duas aspirações – a da independência e a da unidade – não nascem juntas e, por longo tempo ainda, não caminham de mãos dadas”.

Na Bahia, a guarnição de Madeira de Melo continuava a controlar Salvador, mesmo tendo crescentes dificuldades em avançar para o interior devido as

ações dos rebeldes, no Maranhão e no Grão-Pará as juntas governativas se mantiveram fiéis a Lisboa. Na Cisplatina, o General Lecor aderiu à independência, mas não foi acompanhado pelo seu subcomandante, D. Álvaro da Costa de Souza Macedo, o que causou divisões entre os soldados estacionados lá.

Diante da necessidade premente de consolidar seu nascente império, enquanto entidade soberana e una, D. Pedro precisava de uma Marinha capaz de fazer valer as determinações da Corte do Rio de Janeiro nos territórios mais distantes. Foi José Bonifácio de Andrada, Ministro do Interior e dos Negócios Estrangeiros, quem primeiro defendeu a criação e organização de uma esquadra para o Brasil independente. Em uma de suas cartas para Caldeira Brant em Londres, Bonifácio escreveu:

Sendo a defesa exterior deste Reino um dos pontos essenciais a que ora cumpre atendermos, apesar da aparente fraqueza de Portugal, hoje em dia inimigo, tem SAR já principiado a lançar as bases de uma respeitável força terrestre como marítima. Vai-se pondo, sobretudo, a Marinha no possível pé de capacidade, mas, pelo atraso em que este ramo se achava entre nós, só com o tempo poderá chegar ao estado em que reclama a dignidade e grandeza deste império (*apud* RODRIGUES, 2002, p. 107).

Em outubro de 1822, foi nomeado o 1º gabinete do Império, que contava com Cunha Moreira como Secretário de Estado dos Negócios da Marinha, primeiro brasileiro nato a ocupar o cargo. Apesar da longa estadia no Brasil, o material flutuante remanescente estava em péssimo estado de conservação, devido ao descaso português em relação à sua Marinha, ao que se somava o caráter duvidoso dos possíveis tripulantes.

Ao novo ministro cabia a hercúlea tarefa de moldar o amálgama de navios portugueses sediados na Baía de Guanabara, muitos abandonados desde a transmigração da Família Real em 1808, em uma força capaz de se contrapor aos reforços portugueses. “Dos destroços da pujante marinha que possuiu Portugal, levantou o Brasil os alicerces da sua” (BOITEUX, 1915, p. 162), essa era a síntese da missão de Cunha Moreira.

Fora inútil ao Brasil condecorar-se com o título de Império e ver-se, ao mesmo tempo, sujeito a serem suas costas varridas por duas fragatas velhas de Portugal; seria descuido declarar-se a Nação independente e não cuidar em adquirir os meios de sustentar essa independência, e os meios não são outros senão a criação de uma poderosa força naval. Sem esta não haverá segurança, nem comércio livre, nem riqueza, nem caráter nacional, nem propriedade individual (*apud* RODRIGUES, 2002, p.112).

De imediato, o Arsenal de Marinha iniciou intensos trabalhos com o objetivo de trazer o que era possível dentre os meios flutuantes de volta ativa, logrando êxito em casos como a da Nau *D. Pedro I*, ex *Martin de Freitas* e primeira capitânia da esquadra, e a Fragua *Niterói*, ex *Sucesso*, além de aquisições no exterior por meio dos serviços de Felisberto Caldeira Brant em Londres. Ao passo que era possível revitalizar o material, ou mesmo comprar um novo na Europa, havendo até uma subscrição pública, da qual foi fiscal o próprio Ministro da Marinha, com esse fim.

A subscrição, nacional e mensal, foi ideia de Martin Francisco Ribeiro de Andrada, Ministro da Fazenda, o qual apresentou um plano que, segundo Silva (1882), foi imediatamente abraçado, aprovado e posto em execução, uma vez que aos “portos deste rico, ameno e fértil Império, que a Providencia talhara para os mais altos destinos de glória, e de prosperidade, só podem ser bem defendidos por uma Marinha respeitável” (SILVA, 1882, p. 100).

Outro fator que aumentava a urgência da conjuntura era o fato de a Armada Real estar recebendo reforços, chegando a “apresentar relevante superioridade em relação à Marinha Imperial, que contava com 176 canhões, considerando os meios disponíveis para combate, contra cerca de 380 peças portuguesas” (CASTRO, 2020, p. 190). As contribuições da subscrição contribuíram para que o governo imperial pudesse reduzir a diferença de poder de fogo.

A dificuldade maior se dava com a falta de pessoal adestrado para guarnecer os conveses dos navios. No Brasil, ainda moravam muitos oficiais da Armada Real. Portanto, Cunha Moreira presidiu uma comissão para

verificar a lealdade desses oficiais. Dentre os 160 oficiais portugueses, 94 optaram pelo partido da Independência. Todavia, esse número não era suficiente para guarnecer os navios, a que se somava o fato de haver poucos oficiais subalternos dentre os que ficaram.

Além disso, não foi consultada a lealdade dos marinheiros. As dúvidas acerca da confiabilidade do emprego de lusitanos em combate contra conterrâneos datavam da expedição de De Lamare, onde Cunha Moreira testemunhou em primeira mão as carências da esquadra. Para compensar a carência quantitativa e qualitativa de tripulações para os navios, o governo imperial procedeu com a contratação de marujos estrangeiros, especialmente ingleses e norte-americanos, aproveitando a desmobilização feita após a derrota definitiva de Napoleão.

Ainda no desempenho das funções ministeriais, Cunha Moreira esteve em contato direto com o Almirante Lorde Cochrane, desde o acerto de seu posto, o de 1º Almirante, que foi criado exclusivamente para aquela ocasião conforme decreto de 21 de março de 1823, e soldo para o serviço na Marinha Imperial até constantes comunicações ao longo da campanha da esquadra.

Muitos desses oficiais vieram com a promessa de receberem salários maiores que os europeus, ou como no caso dos que acompanharam Cochrane, igual quantia àquela que recebiam no Chile. Coube a Cunha Moreira fixar junto com o almirante inglês seu soldo no Brasil, chegando inclusive a um valor que superava o dos outros almirantes portugueses ainda residentes no Império.

Não somente Cochrane como outros ilustres oficiais estrangeiros vieram para o Brasil e receberam patentes, por meio de decretos assinados pelo ministro. Não somente a consolidação do Império, mas também a manutenção da unidade territorial da antiga América portuguesa só se concretizou devido a atuação da Marinha Imperial, organizada por Cunha Moreira e comandada por Lorde Cochrane, cujas ações garantiram as adesões da Bahia, Maranhão e Grão-Pará. A Cisplatina foi assistida por uma divisão naval comandada pelo Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes. Em outubro de 1823, Cunha Moreira foi promovido ao posto de Chefe de Divisão da Armada Nacional e Imperial.

Em 15 de novembro de 1823, após a dissolução da Assembleia Constituinte pelo Imperador, Cunha Moreira pediu demissão do cargo, com sua missão cumprida, tendo em vista que todas as províncias tinham aderido ao Império, o qual enfim possuía uma esquadra capaz de resguardar a unidade territorial. Em seguida, foi nomeado pelo Imperador, no dia 19 do mesmo mês, vogal do Conselho Supremo Militar por seu “préstimo, zelo e atividade” (SILVA, 1882, p. 41), recebendo ainda uma pensão de 80.000 réis mensais, por mercê do Imperador, porque não tinha “suficientes meios para poder exercer o seu lugar com a decência devida” (SILVA, 1882, p. 42).

OUTROS CARGOS E MORTE

Pelo decreto de 12 de outubro de 1826, Cunha Moreira chegou ao posto de Chefe de Esquadra Graduado. Em 7 de fevereiro do ano seguinte, foi nomeado Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, sendo ainda efetivado no posto no dia 12 de outubro de 1827.

Em 26 de abril de 1828, Cunha Moreira foi nomeado para o comando da Companhia de Guardas-Marinha e Diretor da Academia de Marinha, onde permaneceu até 12 de dezembro de 1828, quando assumiu o cargo de Intendente de Marinha no Rio de Janeiro, exercendo a função até 16 de outubro de 1830.

Em abril de 1831, Cunha Moreira recebeu uma carta imperial da Regência Interina que o nomeava como Presidente da Província do Pará, no entanto pediu escusa. No dia 15 do mesmo mês, outra vez foi nomeado Intendente de Marinha no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 2 de agosto do ano seguinte.

Mais uma vez Cunha Moreira foi nomeado Inspetor do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro por decreto de 30 de julho de 1836, onde esteve até 29 de agosto de 1837. Em janeiro de 1840, alcançou o posto de Vice-Almirante graduado, sendo efetivado pelo decreto de 2 de dezembro de 1841. Foi reformado no posto de Almirante pelo decreto de 4 agosto de 1849, exercendo ainda a função de conselheiro de guerra.

O decreto de 10 de junho de 1858 agraciou Cunha Moreira com o título nobiliárquico de Visconde de Cabo Frio, com grandeza. No dia 28 de agosto de 1865, veio a falecer em sua casa na rua do Lavradio, na Corte.

CONCLUSÃO

A trajetória pessoal e profissional de Cunha Moreira esteve sempre ligada ao Brasil, desde seu nascimento. Presente em todas as grandes ações do Poder Naval luso no início do século XIX, foi figura central no processo das guerras pela Independência do Brasil. Cunha Moreira não só se destacou nos altos postos de liderança como organizador da Marinha em sua gênese, mas também atuando como comandante de tropas, conforme demonstrou na campanha da Guiana, onde foi ferido.

Para o Almirante Max Justo Guedes, sua figura merecia mesmo mais destaque:

Se o Império, reconhecendo-lhe os serviços, deu-lhe comendas, condecorações e o título de Visconde com Grandeza, não seria demais que a Marinha de hoje gravasse seu nome na popa de uma de suas belonaves, ou escrevesse-o no pórtico de um estabelecimento. A menção cotidiana dele, certamente perpetuaria a lembrança do notável Ministro (GUEDES, 1972, p. 6).

Assim, fica patente a importância das ações do Visconde de Cabo Frio para que a independência e a unidade pudessem enfim “andar de mãos dadas”. A independência não foi um “desquite amigável”, mas sim uma “guerra cruenta”, na qual Cunha Moreira atuou de maneira decisiva, deixando legado territorial e marítimo ao Brasil.

REFERÊNCIAS

- BARATA, Manuel de Mello Cardoso. Notas biográficas do Almirante Luiz da Cunha Moreira (Visconde de Cabo Frio). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*: Tomo 83, Rio de Janeiro, 1919. p. 69-90.
- BOITEUX, Henrique. *Os Nossos Almirantes*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1915.
- CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. A Organização Inicial da Marinha Imperial (1822-1823). In: CASTRO, Pierre Paulo da Cunha; PEREIRA, José Antônio Rodrigues (coord.). *Da Armada Real para a Marinha Imperial: As unidades e organismos que ficaram no Brasil e as que voltaram para Portugal*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2020. cap. 8, p. 183-206.

GUEDES, Max Justo. “Bicentenário do Almirante D. Luiz da Cunha Moreira”, in *Revista Navigator*, jun-dez 1976, pp. 3-6.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 1º Volume t. II – O Brasil Monárquico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

LEIVAS, Luís Cláudio Pereira; GOYCOCHÊA, Luís Felipe de Castilhos. A Conquista de Caiena In: *História Naval Brasileira: Segundo Volume*. Tomo II. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. p. 369-422.

RODRIGUES, José Honório. *Independência: Revolução e Contra-Revolução: As Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

SILVA, Carlos André Lopes da. A Transmigração da Família Real para o Brasil e a Independência. In: ABREU, Guilherme Mattos de et al, (org.). *Marinha do Brasil: Uma Síntese Histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. cap. III, p. 72-101.

SILVA, Theothonio Meirelles da. *Historia da Marinha de Guerra Brasileira*. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1882. v. II. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227380>. Acesso em: 6 maio 2022.